



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/05/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2 - 3
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	4
1.4. PAUTA ZERO.....	5
2. JORNAL AQUI	
2.1. COMARCAS.....	6
2.2. DESEMBARGADORES.....	7
2.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	8 - 9
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. COMARCAS.....	10
3.2. FORAGIDOS.....	11
3.3. JULGAMENTOS.....	12 - 14
3.4. PAUTA ZERO.....	15 - 16
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. CÂMARA CÍVEL.....	17
4.2. PRISÃO.....	18
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	19
5.2. COMARCAS.....	20
5.3. DESEMBARGADORES.....	21
5.4. INSTITUCIONAL.....	22
5.5. PAUTA ZERO.....	23
5.6. PRISÃO.....	24
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADORES.....	25
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. COMARCAS.....	26
7.2. DESEMBARGADORES.....	27 - 28
7.3. INSTITUCIONAL.....	29 - 31
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	32
8.2. DESEMBARGADORES.....	33 - 35
8.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	36

Quarenta e cinco policiais são selecionados para dar segurança aos fóruns

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, anunciou os resultados da seleção que designou 45 policiais militares da reserva remunerada para prestarem serviços de vigilância nos edifícios-sede das comarcas. Até o final do ano, o Tribunal deve selecionar cerca de 200 policiais para o serviço de vigilância dos fóruns no interior do Estado.

A relação dos policiais e das comarcas foi divulgada na Portaria n.º 2355/2011. A medida foi possível por meio de convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, alinhavado pelo desembargador Jamil Gedeon no início da gestão, com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns

judiciais, diante dos casos de assalto e arrombamento que têm ocorrido nessas unidades e as ameaças sofridas por juízes.

Uma das comarcas beneficiadas é Rosário (a 45 km de São Luís), que teve o fórum invadido na semana passada. Três desses policiais já estão atuando naquela cidade. As outras comarcas que vão receber policiais são: Paço do Lumiar; São José de Ribamar; Raposa; Açailândia; Alcântara; Cândido Mendes; Cantanhede; Cedral; Chapadinha; Araióses; Codó; Governador Nunes Freire; Humberto de Campos; Igarapé Grande; Imperatriz; Itapecuru; Maracaçumé; Penalva; Pindaré; São João Batista; Santa Inês; Viana; Zé Doca, além do prédio da Justiça Militar.

O tenente-coronel Pedro

Ribeiro, chefe do gabinete militar do TJMA, informou que a seleção dos policiais da reserva foi feita com base nos critérios de boas condições físicas, psicológicas, capacidade laboral, bom comportamento na ativa, dentre outras exigências.

O oficial ressaltou que o convênio é importante neste momento, pois é uma forma de melhorar a segurança pública nas comarcas. "É a oportunidade de colaborar para suprir a deficiência de policiais efetivos no interior, ao mesmo tempo em que proporciona aos policiais da reserva atuarem novamente no policiamento preventivo", afirmou.

No dia 20 de maio, no Quartel do Comando da Polícia Militar (Calhau), haverá uma reunião com todos os policiais designa-

dos, que receberão novo fardamento e orientações acerca da apresentação ao juízes nas comarcas, o que deverá ocorrer no dia 23 deste mês.

TJ decide arquivar processo contra juiz Douglas Amorim



➔ Desembargador Guerreiro Júnior

Pág. 6

TJ decide arquivar processo contra juiz Douglas Amorim

Os desembargadores do Tribunal de Justiça decidiram, por unanimidade, na sessão plenária de ontem pelo arquivamento de processo contra o juiz Douglas Airton Ferreira Amorim, titular da 3ª Vara Cível da capital, ratificando voto do relator Antonio Guerreiro Júnior, corregedor-geral da Justiça, para quem os argumentos constantes do processo são insuficientes para configurar infrações passíveis de punição administrativa contra o magistrado de 1º grau.

Na representação para apuração de conduta funcional do juiz, formulada pelo Cartão Nacional S/A, o representante afirma que Douglas Amorim teria desferido diversos despachos tumultuários e inoportunos em ação de cobrança em curso na 3ª Vara Cível, impedindo o prosseguimento regular da marcha processual.

Ainda de acordo com o representante, em fase de execução de sentença o Cartão Nacional S/A foi intimado a se manifestar do feito em virtude do executado não ter sido localizado, quando o juiz, ignorando a informação do novo endereço e solicitação de nova citação do executado extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Negligência do autor - Segundo o desembargador Guerreiro Júnior, os fatos apontados no processo "não

se mostram suficientes para justificar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em face da suposta negligência do autor da reclamação, que teria permanecido inerte quando da intimação para manifestar interesse no prosseguimento do feito, bem como de determinação para juntada de documentos dos sucessores do autor, entre eles endereço e nova procuração".

Na interpretação do relator, os atos ilegais e procrastinatórios que tumultuaram o processo elencados pelo autor como argumentos que justificam a responsabilização administrativa do juiz, são "simples vícios de juízo".

"Ao julgar extinto o feito, ordenar a intimação de réu revel, ou determinar manifestação acerca de documentos em momento no qual não lhe competia mais a atividade jurisdicional, poder-se-ia considerar, na mais grave das hipóteses, que o juiz reclamado proferiu decisões equivocadamente, errou em seu julgamento, o que autoriza tão somente a impugnação via judiciária da referida conduta, jamais facultando a esta Corregedoria Geral da Justiça atuar de forma que restringisse a atividade jurisdicional do magistrado, devendo prevalecer o princípio da independência funcional do julgador", esclareceu o relator em voto.

Paternidade... Secretários de Educação do estado e município e diretores de escolas da rede pública de ensino são chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça, dia 23, às 14h30, quando será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro.

Censo... Recente reunião destacou os números de alunos na situação identificados através de censo escolar: 453.993 em todo o Estado, dos quais 57.334 só na capital maranhense. Timon vem em segundo lugar, com 17.586 alunos sem paternidade reconhecida.

Filtro... Nesta ilha-capital, o número de escolas listadas é de 669, entre estabelecimentos da rede pública e particular de ensino. Em apenas uma delas o número de alunos na situação é de 3.229. De acordo com o juiz, dados do CNJ sobre os alunos nessa situação foram filtrados, de modo que as escolas fossem separadas por município.

Guerreiro Júnior vai a Tuntum e Balsas nesta quinta-feira

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, estará em Balsas (sul do Estado, a 779 km de São Luís) nesta quinta-feira, 19, onde acompanha o encerramento do projeto "Pauta Zero" na 1ª Vara. Antes, vai a Tuntum conversar com os cinco juízes indicados por ele para julgar processos criminais em caráter de urgência na comarca.



► **Desembargador Guerreiro Junior**

▷ SEGURANÇA NO FÓRUM

Quarenta e cinco policiais selecionados

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, anunciou os resultados da seleção que designou 45 policiais militares da reserva remunerada para prestarem serviços de vigilância nos edifícios-sede das comarcas. Até o final do ano, o Tribunal deve selecionar cerca

de 200 policiais para o serviço de vigilância dos fóruns no interior do Estado. A relação dos policiais e das comarcas foi divulgada na Portaria n.º 2355/2011. A medida foi possível por meio de convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria e a Secretaria de Segurança

Pública do Estado, alinhavado pelo desembargador Jamil Gedeon no início da gestão, com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns judiciais, diante dos casos de assalto e arrombamento que têm ocorrido nessas unidades e as ameaças sofridas por juízes.

▷MUDANÇAS**TJ-MA aprova o nome do novo diretor do Fórum de São Luís**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) aprovou o nome do juiz Raimundo José Barros de Sousa para diretor do Fórum de São Luís. O magistrado já ocupava o cargo desde o início do mês, quando foi nomeado, mas ficou pendente de aprovação pelo plenário do TJ. Barros de Sousa

substitui a juíza auxiliar Alice Prazeres.

O novo diretor teve seu nome referendado por unanimidade na sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 18. Ele já ocupou o cargo de diretor do Fórum da capital no período 2006/2007. Também é juiz

membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), na classe de magistrados, e é titular da 9ª Vara Criminal de São Luís.

► BRIGA DE VIZINHO

PRÉDIO DA CONFUSÃO

Construção de três andares, no bairro da Alemanha, é motivo de reclamações de vizinha. Proprietário do prédio, apelidado de "Saddam", diz que obra está regular e dentro da legalidade

JANICE LIMA

"Era uma casa muito engraçada, ninguém podia entrar nela não...", alguns dos versos empregados por Vinícius de Moraes, em sua tão conhecida música "A casa", podem ser utilizados para descrever a moradia de Ginaldo Leão Oliveira Gomes, morador da Rua Luís de Carvalho, nº 100, no bairro da Alemanha, que se tornou alvo de reclamações constantes dos vizinhos.

A construção, feita pelas mãos do próprio Ginaldo, que é conhecido pelos moradores como "Saddam", (em decorrência de seu aspecto físico, com uma grande barba e o uso constante de um turbante na cabeça), possui três andares, sem reboco, com vergalhões expostos, paredes inacabadas. Uma das maiores reclamantes da construção é a dona de casa Célia dos Santos. Ela diz que parte da estrutura do terceiro

andar do prédio desabou sobre a sua casa. Moradora do local há 28 anos, Célia contou ao **Aqui-MA**, que tanto ela, quanto Saddam chegaram ao bairro no mesmo ano. Ela lembra que a construção do "castelo", como costuma chamar a casa, iniciou há cerca de 20 anos, e que há uns seis anos, o vizinho passou a apresentar sinais de desequilíbrio mental. A moradora diz ainda que, além do perigo trazido pela construção irregular, tem que conviver diariamente com o comportamento inusitado do vizinho. "Ele estudou na escola técnica, trabalhou em uma grande empresa de minério durante anos e ganhou muito dinheiro, mas, nunca construiu de fato essa casa. Hoje, joga fezes e urina lá do alto na casa dos vizinhos, no meio da rua, pendura dinheiro na janela, provoca todo mundo que passa, vive enclausurado no próprio 'castelo', disse a dona de casa.

BRIGA DE VIZINHOS NA JUSTIÇA

Célia dos Santos, disse que moveu um processo no Juizado de Pequenas Causas contra Ginaldo Leão, em 2006, e que no ano passado, foi anexado ao processo movido pela Prefeitura de São Luís, de nº: 18570-03.2008.8.10.001, na 1ª Vara da Fazenda Pública contra a construção. Segundo ela, além de tudo isso, a casa foi condenada pela Defesa Civil Célia mostrou a documentação, que descreve o local como "edificação inacabada e em péssimo estado de conservação". "Não quero que ele seja despejado, internado, ou coisa do tipo, quero apenas que este terceiro andar, que traz perigo não só para a minha família, mas também para ele, seja destruído. Já caiu uma parte, não demora muito, esse castelo cairá por inteiro em cima das nossas cabeças", disse Célia dos Santos, que mora exatamente ao lado da casa de Ginaldo Leão.

FOTOS: NEIDSON MOREIRA/O IMP/D A PRESS



CASTELO SE DESTACA DAS OUTRAS RESIDÊNCIAS DO BAIRRO

COM A PALAVRA, O DONO DO PRÉDIO

Entre frases desconexas, Ginaldo Leão (foto), que estava na janela da casa, conversou com a equipe de reportagem do **Aqui-MA**, e, por vezes, mostrou-se ciente da indignação dos moradores, mas, defendeu-se: "Posso afirmar que está tudo em ordem, registrado, organizado, isso não passa de rixa dos vizinhos contra a minha pessoa física e estática", disse o morador.



AMB vai pedir mais segurança para fóruns estaduais

➤ A Associação dos Magistrados do Brasil vai pedir ao Tribunal de Justiça investimento efetivo na segurança dos fóruns estaduais, de modo a também proteger juízes e a comunidade, anunciou nesta segunda-feira, 16, a desembargadora Sergia Mendonça Miranda. A magistrada, que é diretora da Secretaria da Mulher Magistrada, da AMB, esteve pela manhã no fórum de Rosário, condenou a invasão da unidade e levou a solidariedade da entidade à juíza Rosângela Prazeres. De acordo com Sergia Miranda, a AMB vê o fato com muita preocupação. "A invasão do fórum atenta contra as prerrogativas da magistratura, e a atinge diretamente", avaliou. Para tratar de assuntos dessa ordem, a associação criou a Secretaria de Segurança dos Juízes.

Vereador considerado foragido pela Justiça

➤ Ao contrário do que até esta coluna divulgou ontem, o vereador Orleans Moreira, de Tuntum, que estava preso sob acusação de haver mandato assassinar um casal de lavradores e de determinar atentado contra o juiz daquela comarca, não está preso. Ele é considerado, agora foragido da Justiça. Orleans foi liberado na madrugada de domingo, mediante liminar concedida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que estava de plantão. Aproveitou para se evadir e está sendo procurado. Mas já teria sido visto em sua cidade, onde o clima é de pânico pelo seu retorno. É um homem temido em toda a região, pela sua truculência.

*Deputado repudia liberdade para
acusados da morte de quilombola*

PÁGINA 3

 DECEPÇÃO

Deputado repudia liberdade para acusados da morte de quilombola

O deputado Bira do Pindaré (PT) utilizou o tempo dos blocos, na tarde de terça-feira (17), para demonstrar sua indignação contra o Judiciário brasileiro. De acordo com o parlamentar, o Tribunal de Justiça do Maranhão mantém impunes os acusados de ser mandantes do assassinato de Flaviano Pinto, líder quilombola.

O petista leu para o plenário a nota de repúdio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com relação à liberação dos acusados. Um trecho da nota dizia: "Por unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, adequa-

do em banca, a Terceira Câmara Criminal concedeu ordem impetrada para conceder salvo conduto em favor dos pacientes, nos termos do voto do desembargador relator (Benedito de Jesus Guimarães Belo). voto proferido em banca após pedido de vista do desembargador Joaquim Figueiredo..."

Segundo o parlamentar, a decisão do TJMA foi oficializada no último dia 16 e deu mais uma prova de que quem é denunciado por mandar assassinar trabalhador rural não vai para a cadeia. Os acusados de serem mandantes do assassinato de Flaviano Pinto Neto, líder do qui-

lombo Charco, em São Vicente Ferrer, no dia 30 de outubro de 2010 são Manoel de Jesus Martins Gomes e Antonio Martins Gomes, vice-prefeito de Olinda Nova do Maranhão.

Outro trecho da nota da CPT fala de "demagogia eleitoral da governadora do Estado, que durante a campanha de 2010 garantiu atenção aos quilombolas em sua gestão". "Mesmo com a prisão preventiva decretada pela juíza da Comarca de São João Batista, eles foram vistos várias vezes na região porque, apesar do discurso da governadora Roseana Sarney Murad de que as comu-

nidades quilombolas receberiam um tratamento especial do seu governo, a polícia comandada por ela fez corpo mole para prendê-los".

Bira encerrou seu discurso destacando a inoperância do Sistema Judiciário. "A Justiça não se consolida, não podemos temer debater o Judiciário. Essa decisão é um nojo, uma porcaria. Discordo completamente do TJ que liberou os acusados de um crime tão brutal", declarou.

A CPT termina a nota com uma indagação a Justiça e a sociedade maranhense: "Essa decisão é, porventura, um recado para que os quilombolas se escondam?"

CASO BERTIM: PREFEITO RECEBEU AMEAÇAS ANTES DE SER MORTO

Já se foram mais de 4 anos e o assassinato do prefeito Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, do município de Presidente Vargas permanece em mistério. Bertim como era conhecido o dirigente municipal foi assassinado no dia 6 de Março de 2007, durante uma emboscada em um trecho da rodovia BR-222 entre Itapecuru-Mirim e o povoado Leite. A época surgiram inúmeros nomes de mandantes e autores sempre dentro de um contexto político. A polícia chegou a fazer operações mirabolantes conduzindo pessoas acusadas de Presidente Vargas para São Luís e chegou a dar o assassinato como elucidado. O processo com vários volumes encontra-se na comarca de Itapecuru-Mirim sem definição de autores e mandantes. As investigações foram marcadas por muitos interesses políticos e as autoridades policiais acabaram por perder o rumo das investigações. Um fato muito sério e de conhecimento da polícia não foi investigado, embora seja bem relevante para os esclarecimentos do assassinato. Uns três meses antes de ser morto, Bertim rompeu com um membro do seu grupo político por conta de um débito superior a 60 mil reais para a manutenção dos veículos do executivo municipal. O prefeito teria afirmado que se tratava de exploração e chegou a dirigir insultos aos interessados. Neste dia ele pagou do próprio bolso a dívida, dando um automóvel Astra de sua propriedade, mais 9 vacas de raça e mais 16 mil reais. Depois de encerradas as negociações ele teria recebido várias ameaças. Se desconhece os motivos pelos quais as autoridades policiais não investigaram a informação prestada com detalhes por familiares de Bertim. O processo estaria parado na Justiça por conta de novas investigações solicitadas pelo Ministério Público e por falta efetiva de provas contra algumas pessoas que chegaram a ser acusadas e presas.

Guerreiro Júnior vai a Tuntum e Balsas nesta quinta-feira

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, estará em Balsas (sul do Estado, a 779 km de São Luís) nesta quinta-feira, 19, onde acompanha o encerramento do projeto "Pauta Zero" na 1ª Vara.

**Corregedor-geral da Justiça,
Antonio Guerreiro Júnior**

PÁGINA 3



Guerreiro Júnior vai a Tuntum e Balsas hoje

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, estará em Balsas (sul do Estado, a 779 km de São Luís) nesta quinta-feira, 19, onde acompanha o encerramento do projeto "Pauta Zero" na 1ª Vara.

Antes, vai a Tuntum conversar com os cinco juízes indicados por ele para julgar processos criminais em caráter de urgência na comarca.

A força-tarefa da Corregedoria já decretou a prisão de pelo menos cinco supostos envolvidos em crimes na região, inclusive a do vereador Orleans Moreira Cruz, vice-

presidente da Câmara. O filho dele Orleany Cruz - também com prisão decretada - continua foragido.

A ação em Tuntum foi deflagrada na terça-feira, 10, como resposta ao atentado contra o juiz Pedro Holanda Pascoal, titular da comarca e coordenador estadual do "Pauta Zero", e que teve a casa atingida por tiros na madrugada de 8 de abril. No momento do ataque o juiz estava a serviço da Corregedoria Geral da Justiça, fora da comarca.

Na 1ª Vara de Balsas o

"Pauta Zero" atinge sua sexta edição no estado, sempre com o objetivo de sanear comarcas e varas com elevado número de processos. Desde segunda-feira, os 20 juízes que integram o projeto trabalham na análise e despacho de cerca de 3.500 processos.

Este ano o "Pauta Zero" já atendeu a cinco varas. O relatório de Timon, onde o projeto chegou em abril, mostra 3.823 processos analisados na 6ª Vara Criminal e no Juizado Especial Cível e Criminal.

Houve 2.806 despachos, 291 sentenças e 106 deci-

sões. Desde dezembro, quando foi lançado, o "Pauta Zero" atendeu a comarca de Vitória do Mearim e a 1ª Vara de Barra do Corda, e a Vara de Entorpecentes e a 6ª Vara Cível (ambas na capital).

Há planos para ampliar as ações com novas equipes de juízes. Durante inspeção a 37 comarcas, este mês, Guerreiro Júnior anotou pedido dos juízes Josemilton Silva Barros e Edilza Barros Ferreira para levar o projeto, respectivamente, para a 5ª Vara de Timon e a Comarca de Icatu.

DEFICIENTES

Prefeitura de São Luís deve facilitar acessos

"Os bens públicos, notadamente as áreas de lazer e convivência, precisam estar em condições de receber qualquer cidadão, devendo ser afastados os obstáculos que cerceiam e discriminam aqueles que não podem". Com este entendimento, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou que a Prefeitura de São Luís, num prazo de 60 dias, torne as praças Gonçalves Dias e Maria Aragão, no Centro de São Luís, adaptadas para o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2004, o Ministério Público Estadual (MPE) iniciou um procedimento para verificar quais as condições

de acessibilidade que alguns logradouros públicos mantidos pelo município de São Luís apresentavam. Após 6 anos quase nenhuma melhoria foi detectada, mesmo com vários pedidos de providências. Uma Ação Civil Pública, com pedido de antecipação da obrigação de fazer, foi proposta com o fim de determinar que as praças Gonçalves Dias e Maria Aragão fossem, num prazo de 30 dias, adaptadas.

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, em outubro de 2010, entendeu da necessidade, mas reconsiderou o prazo para início das obras de 30 para 60 dias. A Prefeitura recorreu da decisão ao TJMA, alegando falta de pre-

visão orçamentária e quebra da harmonia e independência dos poderes do Estado.

Em seu voto, o desembargador Marcelo Carvalho (relator do recurso) explicou que a obrigação de fazer antes que a questão seja totalmente decidida visa apenas dar uma resposta rápida, justa e eficiente possível para a pretensão de quem propõe uma ação. "Aguardar primeiro um julgamento final para realizar um benefício à população só demonstra o descaso das autoridades e, ainda, a desumanidade, pois a acessibilidade é um direito que garante a participação ativa em uma vida em sociedade".

A decisão dos desembargadores Nelma Sarney (presi-

dente), Raimundo Cutrim e Marcelo Carvalho, que compõem a 2ª Câmara Cível do TJMA, foi unânime, de acordo com o parecer ministerial.

CIVIL E MILITAR

Assaltantes são presos em ação conjunta

Dois suspeitos de integrarem uma quadrilha especializada em assaltos a bancos e agência dos Correios foram detidos nesta última segunda-feira, (16).

Antônio Joaquim Monteiro da Silva, vulgo "Neto" de 30 anos, um dos responsáveis pela explosão na agência bancária de Zé Doca, ocorrido no mês de janeiro e Jorge Luís da Silva Ribe-

ro, suspeito de participar na ação criminoso contra a agência dos Correios, no município de Pirapemas, foram presos após um trabalho conjunto entre a Polícia Militar e a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), e a Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI).

Antônio Joaquim foi preso, no município de Dom Pedro transitan-

do em uma motocicleta irregular pelas ruas da cidade, depois de mandado de prisão expedido pela juíza Gisele Ribeiro Rondon, titular da 1ª Vara do Município de Zé Doca por participação no assalto ao banco daquela localidade.

Jorge Luís da Silva Ribeiro foi detido no Jardim Eldorado, no bairro do Turú. Os dois assaltantes foram presos e leva-

dos para a Seic, onde foram autuados pelo Delegado de Polícia Civil Marcos Afonso Júnior.

O Delegado enfatizou o trabalho da Polícia nas investigações e na busca ostensiva pelos assaltantes. "Com o apoio da Polícia Militar, conseguimos retirar de circulação mais dois assaltantes envolvidos em prática delituosa contra bancos e agências dos Correios", afirmou.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2011 • Processo n.º. 25977/2011

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇOTOTAL, por LOTE, para aquisição e instalação de TRAFÓ (transformador) trifásico, instalações elétricas e serviços afins, nas proximidades das dependências do Fórum da Comarca de Brejo-MA e Raposa-MA, no dia 31/05/2011, às 10:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 16 de maio de 2011.
KEILA DANIELA CANTANHÊDE
Pregoeira TJ/MA

Selecionados policiais para dar segurança aos fóruns

Tribunal de Justiça anunciou ontem o resultado da seleção de 45 policiais da reserva remunerada que vão atuar como vigilantes

Biaman Prado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, anunciou os resultados da seleção que designou 45 policiais militares da reserva remunerada para prestarem serviços de vigilância nos edifícios-sede das comarcas. Até o fim do ano, o Tribunal deve selecionar cerca de 200 policiais para o serviço de vigilância dos fóruns no interior do Estado.

A relação dos policiais e das comarcas foi divulgada na Portaria n.º 2355/2011. A medida foi possível por meio de convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, alinhavado pelo desembargador Jamil Gedeon no início da gestão, com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns judiciais, diante dos casos de assalto e arrombamento que têm ocorrido nessas unidades e as ameaças sofridas por juizes.

Uma das comarcas beneficiadas é Rosário (a 45 km de São Luís), que teve o fórum invadido na semana passada. Três desses policiais já estão atuando naquela cidade. As outras comarcas que vão receber policiais são: Paço do Lumiar; São José de Ribamar; Raposa; Açailândia; Alcântara; Cândido Mendes; Cantanhede; Cedral; Chapadinha;



O presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, anunciou resultado

Mais

No dia 20 deste mês, no Quartel do Comando da Polícia Militar (Calhau), haverá uma reunião com todos os policiais designados, que receberão novo fardamento e orientações acerca da apresentação ao juizes nas comarcas, o que deverá ocorrer no dia 23 deste mês.

Araioses; Codó; Governador Nunes Freire; Humberto de Campos; Igarapé Grande; Imperatriz; Itapecuru; Maracaçumé; Penaltina; Pindaré; São João Batista; Santa Inês; Viana; Zé Doca, além do prédio da Justiça Militar.

O tenente-coronel Pedro Ribeiro, chefe do gabinete militar do TJMA, informou que a seleção dos policiais da reserva foi feita com base nos critérios de boas condições físicas, psicológicas, capacidade laboral, bom comportamento na ativa, entre outras exigências.

O oficial ressaltou que o convênio é importante neste momento, pois é uma forma de melhorar a segurança pública nas comarcas. "É a oportunidade de colaborar para suprir a deficiência de policiais efetivos no interior, ao mesmo tempo em que proporciona aos policiais da reserva atuarem novamente no policiamento preventivo", afirmou.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou o nome do juiz Raimundo José Barros de Sousa para diretor do Fórum de São Luís. O magistrado já ocupava o cargo desde o dia 9 deste mês.



Deputados do PTB e do PT protagonizam bate-boca no Legislativo estadual

O petista Bira do Pindaré e o petebista Manoel Ribeiro tiveram ontem mais uma discussão, com insultos pessoais e batidas na mesa, em sessão na Assembleia

Ag. Assembleia

Marco Aurélio D'Eça
Da Editoria de Política

Os deputados Bira do Pindaré (PT) e Manoel Ribeiro (PTB) protagonizaram ontem mais um bate-boca, com insultos pessoais e batidas na mesa, durante a sessão na Assembleia Legislativa. Tudo após Pindaré ter chamado o vice-líder do governo, Magno Bacelar (PV), de "cão de guarda", o que foi considerado agressivo por Ribeiro, que é o líder da bancada. Em resposta, o petista considerou-se também insultado por Bacelar, que o chamou de "tucano". O tom intenso dos dois deputados só foi contido por interferência do presidente da Casa, deputado Arnaldo Melo (PTB).

Pelo segundo dia consecutivo o deputado do PT foi advertido pelos colegas por causa de termos ofensivos usados na tribuna. No dia anterior, ele chamou o Poder Judiciário de "porcaria". Advertido pelo deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM), tentou recuar.

O entrevero começou quando Bira do Pindaré foi à tribuna para criticar o governo estadual. Ele citou dos números do IBGE que apontariam alto índice de pobreza no estado. Na defesa do governo, Magno Bacelar lamentou o fato de o petista não fazer as mesmas críticas em relação à Prefeitura de São Luís, administrada pelo PSDB, e provocou: "O Duda Mendonça fez a campanha errada do prefeito João Castelo, que é o prefeito do Bira, que é o prefeito que ele defende. Essa é a realidade, é o prefeito do Bira. Ele tem que ir para o PSDB, ele tem que sair do PT".

Mais tarde, Bira levou a réplica a Bacelar, mas o agrediu, chamando-o de "cão de guar-



Bira agrediu verbalmente o deputado Magno Bacelar; Ribeiro saiu em defesa do colega de bancada

Mais

Manoel Ribeiro - Senhor Presidente, eu gostaria que o orador respeitasse o deputado, chamando de "cão de guarda". Que é isso, deputado? Depois V. Ex.^a diz que não disse. Eu estou escutando, deputado. Isso é falta de respeito.

Bira do Pindaré - Não, é a forma...

Manoel Ribeiro - Não é forma, não. É falta de respeito. Eu não aceito isso, deputado. V. Ex.^a vai fazer isso com um deputado que lhe tratou bem no discurso dele? Não. Eu gostaria que fosse retirado da taquigrafia e pedisse ao orador que respeitasse os colegas.

Bira do Pindaré - E eu também peço respeito. Porque ele disse, por exemplo, que sou "tucano", que eu sou do PSDB. Aí então se equivocou. Se ele quer ser tratado com respeito, que respeite as pessoas.

Manoel Ribeiro - Ser do PSDB é insulto?

Bira do Pindaré - Não, na minha opinião, há uma distorção.

Manoel Ribeiro - Agora, "cão de guarda", deputado. Que é isso? Ontem, V. Ex.^a insultou o Judiciário. Chamou de porcaria. Que é isso, deputado?

da" do governo. "Nós estamos aqui é para discutir e para defender o povo. Esse é o meu papel. Se vossa excelência esco-

lheu ser um cão de guarda do Governo do Estado, é sua opção. Eu tenho que respeitar. Mas tem que respeitar também

a nossa opção, de defender o povo". Foi então que Manoel Ribeiro entrou, cobrando reparação à ofensa (ver quadro).

Guerreiro Júnior vai a Tuntum e Balsas hoje

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, estará em Balsas (sul do estado, a 779 km de São Luís) hoje, onde acompanha o encerramento do projeto "Pauta Zero" na 1ª Vara. Antes, vai a Tuntum conversar com os cinco juízes indicados por ele para julgar processos criminais em caráter de urgência na comarca.

A força-tarefa da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) já decretou a prisão de pelo menos cinco supostos envolvidos em crimes na região, inclusive a do vereador Orleans Moreira Cruz, vice-presidente da Câmara Municipal. O filho dele, Orleany Cruz, também com prisão decretada - continua foragido.

A ação em Tuntum foi deflagrada na terça-feira (10) como resposta ao atentado contra o juiz Pedro Holanda Pascoal, titular da comarca e coordenador estadual do "Pauta Zero", e que teve a casa atingida por tiros na madrugada de 8 de abril. No momento do ataque, o juiz estava a serviço da Corregedoria Geral da Justiça, fora da comarca.

Na 1ª Vara de Balsas o "Pauta Zero" atinge sua sexta edição no

estado, sempre com o objetivo de sanear comarcas e varas com elevado número de processos. Desde segunda-feira, os 20 juízes que integram o projeto trabalham na análise e despacho de cerca de 3.500 processos.

Este ano, o programa já atendeu a cinco varas. O relatório de Timon, onde o projeto chegou em abril, mostra 3.823 processos analisados na 6ª Vara Criminal e no Juizado Especial Cível e Criminal. Houve 2.806 despachos, 291 sentenças e 106 decisões.

Desde dezembro, quando foi lançado, o "Pauta Zero" atendeu a comarca de Vitória do Mearim e a 1ª Vara de Barra do Corda, e a Vara de Entorpecentes e a 6ª Vara Cível (ambas na capital).

Há planos para ampliar as ações com novas equipes de juízes. Durante inspeção a 37 comarcas, este mês, Guerreiro Júnior anotou pedido dos juízes Josemilton Silva Barros e Edilza Barros Ferreira para levar o projeto, respectivamente, para a 5ª Vara de Timon e a Comarca de Icatu.

Preso mais um membro da 'Gangue da Roseira' suspeito de homicídio

Etiewerton Pereira, o *Beijo*, estaria envolvido na morte de Manuca, no Anjo da Guarda

A equipe de capturas do 5º Distrito Policial (Anjo da Guarda) prendeu, na terça-feira, 17, mais um integrante da Gangue da Roseira, facção criminosa formada em sua maioria por adolescentes infratores, suspeitos de vários homicídios na área Itaqui-Bacanga. Desta vez, o capturado foi Etiewerton Castro Pereira, o *Beijo*, de 22 anos, que, segundo a polícia, participou do assassinato de Emanuel Martins Santos, o *Manuca*, de 21 anos, ocorrido no dia 2, na Rua da Inglaterra.

Etiewerton Castro Pereira foi preso por determinação da Justiça, que expediu, na segunda-feira, 16, um mandado de prisão contra ele, pelo juiz Gilberto de Mouro Lima, da Central de Inquéritos de São Luís. *Beijo*, de acordo com o delegado Gustavo Machado, titular do 5º DP, teria trocado tiros com a vítima, na companhia de Patrick Bezerra Costa, o *Pipoca*, de 18 anos. No dia do crime, o cúmplice de *Beijo* tinha 17 anos, mas completou a maior idade dois dias depois, no dia 4 de maio.

"*Beijo* e *Pipoca* souberam que *Manuca* estava na oficina mecânica, na Rua Inglaterra, acompanhando o conserto de sua motocicleta. Eles ficaram aguardando e, assim que *Manuca* deixou o estabelecimento, atiraram na direção da vítima, a qual, apesar de estar armada com pistola, acabou atingida na cabeça. *Pipoca*, que continua foragido, é primo



Flora Dolores

Etiewerton Castro Pereira, o *Beijo*

do cúmplice e mora na mesma casa, na Rua Líbano, quadra 4, do Anjo da Guarda", revelou o delegado do 5º DP.

Presos e Mortos - Dois dias após a morte de *Manuca*, a polícia prendeu Arthur Bayma Oliveira, de 21 anos, outro integrante da "Gangue da Roseira", morador da Rua Canadá, naquela localidade. Ele foi preso em casa, também por determinação da Justiça. O acusado, entretanto, foi detido pelo envolvimento em outro homicídio, praticado em julho de 2010, próximo ao motel Coração Grande. A vítima foi Wanderson Pereira, o *Sonson*, de 20 anos, amigo de *Manuca*.

Conforme explicou, na época, o delegado Gustavo Machado, a rivalidade entre os grupos começou há cerca de dois anos, em uma festa no Ceprama (Mãe Deus). "*Sonson* e *Manuca* foram abordados na festa pela 'Gangue da Roseira', que roubou um cordão de um dos amigos das vítimas.

TJ decide arquivar processo contra juiz Douglas Amorim

Os desembargadores do Tribunal de Justiça decidiram, por unanimidade, na sessão plenária desta quarta-feira (18), pelo arquivamento de processo contra o juiz Douglas Airton Ferreira Amorim, titular da 3ª Vara Cível da capital, ratificando voto do relator Antonio Guerreiro Júnior, corregedor-geral da Justiça, para quem os argumentos constantes do processo são insuficientes para configurar infrações passíveis de punição administrativa contra o magistrado de 1º grau.

Na representação para apuração de conduta funcional do juiz, formulada pelo Cartão Nacional S/A, o representante afirma que Douglas Amorim teria desferido diversos despachos tumultuários e inoportunos em ação de cobrança em curso na 3ª Vara Cível, impedindo o prosseguimento regular da marcha processual.

Ainda de acordo com o representante, em fase de execução de sentença o Cartão Nacional S/A foi intimado a se manifestar do feito em virtude do executado não ter sido localizado, quando o juiz, ignorando a informação do novo endereço e solicitação de nova citação do executado extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Negligência do autor - Segundo o desembargador Guerreiro Júnior, os fatos apontados no processo "não se mostram suficientes para justificar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em face da suposta negligência do autor da reclamação, que teria permanecido inerte quando da intimação para manifestar interesse no prosseguimento do feito, bem como de determinação para juntada de documentos dos sucessores do autor, entre eles endereço e nova procuração".

Na interpretação do relator, os atos ilegais e pro-

crastinatórios que tumultuaram o processo elencados pelo autor como argumentos que justificam a responsabilização administrativa do juiz, são "simples vícios de juízo".

"Ao julgar extinto o feito, ordenar a intimação de réu revel, ou determinar manifestação acerca de documentos em momento no qual não lhe competia mais a atividade jurisdicional, poder-se-ia considerar, na mais grave das hipóteses, que o juiz reclamado proferiu decisões equivocadamente, errou em seu julgamento, o que autoriza tão somente a impugnação via judiciária da referida conduta, jamais facultando a esta Corregedoria Geral da Justiça atuar de forma que restringisse a atividade jurisdicional do magistrado, devendo prevalecer o princípio da independência funcional do julgador", esclareceu o relator em voto.

Guerreiro Júnior cita ainda o § 2º do artigo 174 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado, onde se lê: "O presidente do Tribunal ou o corregedor-geral da Justiça poderá, também, arquivar, de plano, qualquer reclamação ou representação que se mostrar manifestamente improcedente; ou que envolver exclusivamente matéria jurisdicional passível de impugnação pelos recursos ordinários ou mediante correição parcial".

Destacando o artigo 41 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) - "salvo os casos de impropriedade ou excesso de linguagem o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir" - o relator conclui que "o feito merece ser arquivado, uma vez que o mérito da demanda versa sobre error in iudiciando, restando inadmissível a instauração de Processo Administrativo Disciplinar".

 JUDICIÁRIO

Políciais vão reforçar segurança nos fóruns

CLODOALDO CORREA

O poder judiciário começou a reforçar a segurança após os atentados contra juízes sofridos este ano. São 45 policiais militares da reserva remunerada que prestarão serviços da vigilância nos edifícios-sede das comarcas. Segundo o TJMA, até o final do ano, serão selecionados 200 policiais militares para a segurança dos fóruns do interior.

A designação dos policiais foi realizada por meio da parceria entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns judiciais. A primeira comarca beneficiada foi a de Rosário (a 45 km de São Luís), que teve o fórum invadido na semana passada, quando vários processos foram jogados no Rio Itapecuru. Três desses policiais já estão atuando naquela cidade. Amanhã, haverá uma reunião com todos os policiais designados, que receberão novo fardamento e orientações acerca da apresentação aos juízes nas comarcas, no Quartel do Comando da Polícia Militar (Calhau).

✓ MUDANÇAS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) aprovou o nome do juiz Raimundo José Barros de Sousa para diretor do Fórum de São Luís. O magistrado já ocupava o cargo desde o início do mês, quando foi nomeado, mas ficou pendente de aprovação pelo plenário do TJ. Barros de Sousa substitui a juíza auxiliar Alice Prazeres.

O novo diretor teve seu nome referendado por unanimidade na sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 18. Ele já ocupou o cargo de diretor do Fórum da capital no período 2006/2007. Também é juiz membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), na classe de magistrados, e é titular da 9ª Vara Criminal de São Luís.

Reclamação arquivada (1)

Por unanimidade, os desembargadores do Tribunal de Justiça decidiram mandar para o arquivo o processo contra o juiz Douglas Airton Ferreira Amorim, titular da 3ª Vara Cível da capital. O relator Antônio Guerreiro Júnior, que também é corregedor-geral de Justiça, não encontrou elementos probatórios suficientes que configurem infrações passíveis de punição administrativa contra o magistrado de 1º grau.

Reclamação arquivada (2)

A ação foi proposta pelo Cartão Nacional S/A, na qual afirma que Douglas Amorim teria desferido diversos despachos tumultuários e inoportunos em ação de cobrança em curso na 3ª Vara Cível, impedindo o prosseguimento regular da marcha processual. Guerreiro Júnior detectou que o autor da reclamação foi negligente ao permanecer "inerte" quando da intimação para manifestar interesse no prosseguimento do feito.

DIA DE BATE - BOCA NA CÂMARA E NA ASSEMBLEIA

Alguns de nossos parlamentares – de oposição e situação – mostram estar prontos para a guerra. Na Assembleia, ontem, o deputado Bira do Pindaré – único petista que joga no time da oposição – despertou a ira de governistas ao chamar Magno Barcelar (PV) de “cão de guarda” do Executivo. Manoel Ribeiro, líder do governo, tomou as dores. “Vossa excelência me

respeite e respeite seus colegas”. Pindaré não se alongou na discussão, sentou e depois se ausentou do plenário. Barcelar aproveitou para fazer piada: “Ele é pequenininho. Não aguenta no discurso, imagina no físico”. Na Câmara Municipal, o decoro também ficou de lado. Debate sobre audiências para aprovar atualização na cobrança do IPTU gerou discussão acalorada en-

tre os vereadores Chico Viana (PSDB) e Fernando Lima (PCdoB). Lima chamou o tucano de mentiroso, mas se desculpou a tempo e retirou a frase das notas taquigráficas. Político 2 e 3

■ LEGISLATIVO

Fora da ordem

Único deputado petista que joga no time da oposição bate-boca com governistas.
Deputado palaciano lembra que o partido de Bira do Pindaré é aliado de Roseana

KÁSSIA BRITO

A base governista na Assembleia Legislativa do Maranhão endureceu o discurso contra o deputado petista Bira do Pindaré, numa reação ao posicionamento político dele de permanecer afastado do Palácio dos Leões, ainda que o PT – partido o qual é filiado, componha o governo. Ontem, as pressões manifestaram-se além do discurso e os deputados baixaram o nível numa discussão acalorada que teve tudo para terminar, literalmente, em briga. No meio do bate-boca, o deputado Magno Bacellar (PV) disse que Bira devia mudar de partido, pois o PT foi aliado de chapa de Roseana, esta no gover-

no, e o parlamentar fazia discurso oposicionista.

O deputado Manoel Ribeiro, líder do governo na Casa, irritou-se com Bira do Pindaré, que durante seu pronunciamento na tribuna, no qual citou estatísticas nada empolgantes sobre o mercado de trabalho maranhense, referiu-se a Magno Bacellar como cão de guarda do governo. Uma resposta ao discurso do deputado vice-líder da base governista que usou o tempo dos blocos para defender a gestão da governadora.

Manoel Ribeiro solicitou acionar a comissão de ética da Assembleia, afirmando que Bira do Pindaré teria ofendido o colega parlamentar. No calor da discussão, sugeriu re-

solver as diferenças entre os dois fora do Plenário. Para a plateia a atitude foi interpretada como um chamado para briga. “Vossa Excelência me respeite e respeite os colegas. Ontem ofendeu o Judiciário, hoje um parlamentar. Peço que retire das notas taquigráficas a forma como chamou o colega: de cão de guarda”, retrucou Manoel Ribeiro, antes de perder o equilíbrio e bater forte na mesa, indignado.

O deputado petista, que recuperou-se de uma cirurgia na garganta, aumentou o nível da voz para combater a saraivada da base governista. Depois da tensão, Bira voltou à sua cadeira no parlamento, fulminado pelo olhar do líder do governo. Logo

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



Bira do Pindaré, o estranho no ninho petista na Assembleia, quase sai no tapa após um debate acirrado com governistas



Vossa Excelência me respeite e respeite os colegas. Ontem ofendeu o Judiciário, hoje um parlamentar. Peço que retire das notas taquigráficas a forma como chamou o colega: de cão de guarda

Manoel Ribeiro (PTB),
líder do governo na Assembleia

depois o deputado ausentou-se do Plenário, sentindo mal-estar típico do pós-operatório.

"Essas coisas não me assustam não me sinto intimidado, a reação dele (Manoel Ribeiro) é um esforço de mostrar serviço e não me incomodo com a crítica da contradição, de não estar com o governo, porque a população sabe que eu não fiz campanha para a governadora e que o PT se aliou ao seu projeto político por conta de uma intervenção nacional," declarou Bira do Pindaré.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

O animador de torcida

Com uma linguagem popular, e com perdão aos cacoetes, "sem sombra de dúvida", "exatamente", o deputado Magno Bacellar tem defendido com unhas e dentes o governo de Roseana Sarney (PMDB), demonstrando às vezes uma empolgação, criticada até pelos aliados. Combate qualquer palavra que ofenda a gestão da governadora e tenta espantar as sombras de possíveis erros do passado.

Vice-líder do governo, Magno Bacellar tem um modo irreverente de disparar contra os adversários. Ontem, no episódio que protagonizou com o deputado Bira do Pindaré e Manoel Ribeiro durante sessão plenária na Assembleia, o deputado mostrou-se mais habilidoso com as piadas do que com a oratória sisuda, típica de parla-



mentos tradicionais. "Amarelou. Ele é piquenininho, não aguenta nem no discurso, imagina no físico", brincou Magno Bacellar.

45 policiais são selecionados para dar segurança aos fóruns

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, anunciou os resultados da seleção que designou 45 policiais militares da reserva remunerada para prestarem serviços de vigilância nos edifícios-sede das comarcas. Até o final do ano, o Tribunal deve selecionar cerca de 200 policiais para o serviço de vigilância dos fóruns no interior do Estado.

A relação dos policiais e das comarcas foi divulgada na Portaria n.º 2355/2011. A medida foi

possível por meio de convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, alinhavado pelo desembargador Jamil Gedeon no início da gestão, com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns judiciais, diante dos casos de assalto e arrombamento que têm ocorrido nessas unidades e as ameaças sofridas por juízes.

Uma das comarcas beneficiadas é Rosário (a 45 km de São Luís), que teve o fórum invadido

na semana passada. Três desses policiais já estão atuando naquela cidade. As outras comarcas que vão receber policiais são: Paço do Lumiar; São José de Ribamar; Raposa; Açailândia; Alcântara; Cândido Mendes; Cantanhede; Cedral; Chapadinha; Araióses; Codó; Governador Nunes Freire; Humberto de Campos; Igarapé Grande; Imperatriz; Itapeturu; Maracaçumé; Penalva; Pindaré; São João Batista; Santa Inês; Viana; Zé Doca, além do prédio da Justiça Militar.

Juiz Raimundo Barros de Sousa é o novo diretor do Fórum de SL

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou o nome do juiz Raimundo José Barros de Sousa para diretor do Fórum de São Luís. O magistrado já ocupava o cargo desde o dia 9 de maio passado, quando foi nomeado, ad referendum (pendente de aprovação pelo plenário), pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. Ele substitui a juíza au-

xiliar Alice Prazeres.

Barros de Sousa teve seu nome referendado por unanimidade na sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 18. Ele já ocupou o cargo de diretor do Fórum da capital no período 2006/2007. Também é juiz membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), na classe de magistrados, e é titular da 9ª Vara Criminal de São Luís.

■ Bayminha homenageado

O desembargador Antônio Bayma Araújo será um dos homenageados, hoje, durante as solenidades pela passagem do 10º aniversário da Defensoria Pública Estadual.

Receberá, às 19h, no Rio Poty Hotel, a “Ordem do Mérito da Defensoria Pública”, instituída pela Resolução 002 – PRCS, de 03.05.2011.

A honraria é concedida a pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para o fortalecimento da Defensoria Pública do Maranhão, bem como para a defesa dos direitos humanos no Estado.

Arquivada denúncia contra o juiz Douglas Amorim

Os desembargadores do Tribunal de Justiça decidiram, por unanimidade, na sessão plenária de ontem, pelo arquivamento de processo contra o juiz Douglas Airton Ferreira Amorim, titular da 3ª Vara Cível da capital, ratificando voto do relator Antonio Guerreiro Júnior, corregedor-geral da Justiça, para quem os argumentos constantes do processo são insuficientes para configurar infrações passíveis de punição administrativa contra o magistrado de 1º grau.

Na representação para apuração de conduta funcional do juiz, formulada pelo Cartão Nacional S/A, o representante afirma que Douglas Amorim teria

desferido diversos despachos tumultuários e inoportunos em ação de cobrança em curso na 3ª Vara Cível, impedindo o prosseguimento regular da marcha processual.

Ainda de acordo com o representante, em fase de execução de sentença o Cartão Nacional S/A foi intimado a se manifestar do feito em virtude do executado não ter sido localizado, quando o juiz, ignorando a informação do novo endereço e solicitação de nova citação do executado extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Negligência do autor – Segundo o desembargador Guerreiro Júnior, os fatos apontados no proces-

so “não se mostram suficientes para justificar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em face da suposta negligência do autor da reclamação, que teria permanecido inerte quando da intimação para manifestar interesse no prosseguimento do feito, bem como de determinação para juntada de documentos dos sucessores do autor, entre eles endereço e nova procuração”.

Na interpretação do relator, os atos ilegais e procrastinatórios que tumultuaram o processo elencados pelo autor como argumentos que justificam a responsabilização administrativa do juiz, são “simples vícios de juízo”.

Eliziane destaca Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias, deputada Eliziane Gama (PPS) ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa na manhã desta quarta-feira, dia 18 de maio, para destacar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil. A parlamentar explicou que a data é alusiva ao combate a todo tipo de violência contra crianças e adolescentes.

"O dia 18 de maio foi criado a partir de um fato extremamente cruel que ocorreu em Vitória, no ano de 1973, quando uma garota chamada Araceli foi violentada sexualmente e assassinada. Os acusados desse crime nunca foram penalizados por esse ato de barbaridade", lamentou.

Na tribuna Eliziane Gama também informou que solicitou ao Tribunal de Justiça a criação de juizado especial na cidade de Açailândia para atender denúncias de prostituição infantil no município. Açailândia foi um dos que mais encaminhou denúncias de exploração infantil durante os trabalhos da CPI de Combate a Pedofilia, presidida pela parlamentar no ano passado.

Ontem estivemos com o Presidente do Tribunal de Justiça do

Maranhão, e pedimos que ele atendesse a criação de um juizado especial na cidade de Açailândia em virtude das várias denúncias que chegaram referentes à prostituição infantil que provocaram a criação, nesta Casa, da CPI de Combate à Pedofilia", disse.

A deputada destacou ainda a realização da audiência pública, na tarde desta terça-feira, dia 17, que pautou a discussão sobre os vários problemas que afligem as crianças e adolescentes do Maranhão. Um dos resultados da audiência foi a reativação da Frente Parlamentar em Defesa da Infância e do Adolescente.

Eliziane Gama denunciou problemas relacionados ao complexo específico exclusivo para atendimento e crianças e adolescentes de São Luís (CPTCA), que reúne Ministério Público, Juizado, centro de perícia técnica especializada para a infância com psicólogos e peritos criminais especializados. Segundo a deputada, o Centro não está conseguindo atender a demanda por problemas profissionais e técnicos, e desta forma as crianças e adolescentes violentados são encaminhados e atendidos em local inadequado.

"O CPTCA representou um avanço no Brasil, porque São Luís foi a primeira cidade do país a criar esse complexo, porém o fato é que hoje esse complexo não está em condições para estar atender a demanda, e aí as crianças estão sendo atendidas no ICRIM. Quero pedir que o Governo do Estado do Maranhão resolva esse problema", frisou.